

V ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS

Como é do domínio público, o Programa do Governo apresenta duas apostas transversais: a sociedade da informação e do conhecimento e a igualdade de oportunidades. Dir-se-à que, neste contexto, se impõe tirar proveito das novas oportunidades que nos são oferecidas pela sociedade da informação.

Assim, convirá prestar uma acrescida atenção aos arquivos municipais, por constituírem grandes acervos de informação pública ou de interesse público, por constituírem bases estratégicas de documentação.

Contudo, temos consciência que há duas grandes famílias de arquivos: os arquivos de natureza essencialmente histórica e cultural e os arquivos de natureza fundamentalmente administrativa.

Acresce que durante largos anos, os arquivos das autarquias locais foram olhados essencialmente na perspectiva histórico cultural. Os arquivos eram essencialmente memórias históricas das comunidades e das autarquia locais.

Interessa, a este propósito, evidenciar que o património não se esgota em obras edificadas ou em realizações artísticas; o património arquivístico é, também, da maior importância cultural e histórica para o País.

Na verdade, um documento escrito, cartográfico, fotográfico, fonográfico ou fílmico, por exemplo, constitui sempre um testemunho único, uma marca indelével da vida política, económica, social e cultural.

Os especialistas das ciências documentais, os poderes públicos e os cidadãos, em geral, têm, sem excepção, o dever de perpetuar os legados da História, o dever de preservar as principais marcas das gerações que nos antecederam no interminável curso da História.

Mas, na era da informação, os arquivos são cada vez mais olhados enquanto acervos de documentação administrativa; de informação administrativa indispensável à formação e à racionalização das decisões públicas.

Acervos de informação administrativa que integram e conservam registos, provas e testemunhos de natureza jurídica, sem os quais não seria possível garantir os direitos dos cidadãos, os direitos dos particulares.

Durante muitos anos, os arquivos das organizações públicas não mereceram, na maior parte dos casos, a devida atenção; frequentemente, foram mesmo remetidos para os espaços menos nobres e até menos próprios das respectivas instituições.

Frequentemente, os arquivos foram considerados armazéns ou arrecadações, nos quais a documentação se amontoava e deteriorava sem qualquer organização ou protecção.

Estes arquivos estavam praticamente mortos, na medida em que a informação ou documentação que ali jazia não era, muitas vezes, consultável ou, pelo menos, não era consultável em tempo útil. Na prática, os arquivos eram cemitérios de informação.

Ora, será oportuno frisar que as operações realizadas pelos serviços públicos de arquivo, designadamente a recolha, a organização e a guarda de documentação, deverão ter sempre em vista a sua finalidade prioritária.

Estou a pensar na disponibilização dessa mesma documentação. Porque se os documentos não forem oportunamente disponibilizados não terão grande utilidade. Os arquivos deverão, portanto, ser estruturados em função dos seus utilizadores.

Utilizadores que somos todos nós: Administração, agentes económicos e sociais, investigadores e os cidadãos, em geral. Os arquivos deverão ser pensados na óptica do serviço público.

Será, também, necessário apostar, por exemplo, na elaboração de guias, inventários, publicações, exposições, no sentido de tornar conhecida a documentação que de outro modo permaneceria ignorada para sempre.

Nos nossos dias, a produção vertiginosa de novos documentos, nomeadamente de natureza pública e administrativa, requer arquivos modernos, capazes de os recolher e de os conservar.

Importará, assim, desenvolver e adoptar todas as tecnologias e metodologias que estiverem ao nosso alcance com incidência nos processos de aquisição, armazenamento, processamento, transmissão e disseminação de informação pública.

Neste cenário, a Administração, em geral, e a administração local autárquica, em particular, terão de saber tirar o máximo partido dos benefícios das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Mas, quantas vezes a Administração representou um obstáculo ao desenvolvimento? Quantas vezes a Administração constituiu um factor de inércia? Quantas vezes a Administração ofereceu resistência à mudança?

Segundo o D. L. n.º 16/93, que define o regime geral dos arquivos e do património arquivístico, "Compete ao Estado promover a inventariação do património arquivístico e apoiar a organização dos arquivos, qualquer que seja a sua natureza".

Compete, ainda, ao Estado "promover o acesso à documentação detida por entidades públicas" (D.L. n.º 16/93). "O acesso dos cidadãos aos documentos administrativos" deverá ser "assegurado pela Administração Pública" (Lei n.º 65/93).

A este propósito, a Lei n.º 65/93, que regula o acesso aos documentos da Administração, evidencia que a acessibilidade da documentação se inscreve no âmbito dos "princípios da publicidade, da transparência, da igualdade, da justiça e da imparcialidade".

Note-se que é do aprofundamento da democracia que estamos a tratar, quando pretendemos assegurar o acesso à informação que, reconhecidamente, constitui um dos pilares das sociedades modernas.

Longe vão os tempos de uma Administração fechada, autista, ensimesmada e insensível às necessidades, às aspirações e às expectativas dos cidadãos. O Governo advoga, por isso, o princípio de uma Administração Aberta.

De uma Administração que tem o dever de informar os cidadãos sobre o andamento dos processos em que sejam interessados e de dar a conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas.

Nesta óptica, a administração local autárquica só poderá responder prontamente às inúmeras solicitações quotidianas se estiver internamente organizada. Os serviços municipais de arquivo são, por isso, fundamentais.

Entretanto, a Portaria n.º 503/86, de 9 de Setembro, que definiu os procedimentos quanto à selecção de espécies documentais a conservar nos arquivos das autarquias locais, está prestes a ser reformulada.

Na realidade, o crescimento contínuo da documentação nos arquivos municipais vem gerando custos desnecessários, vem suscitando ineficiências ao nível da gestão documental, que urge ultrapassar.

Importa, então, desenvolver novos critérios orientadores dos procedimentos relativos à avaliação, à selecção e à eliminação dos documentos, findos os prazos legais de conservação administrativa.

Foi, assim, criado um Grupo de Trabalho, em 1997, por Despacho conjunto do MEPAT e do Ministro da Cultura, visando, nomeadamente, "propor prazos de conservação dos documentos e respectiva tabela de selecção através da reformulação da Portaria n.º 503/86".

Grupo de Trabalho integrado pela DGAL, pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, pela ANIVIP e por representantes de 17 câmaras municipais, nomeadamente da Câmara Municipal de Sintra.

Grupo de Trabalho que visa, ainda, "promover a uniformização de estratégias e metodologias de trabalho para a elaboração de um manual de procedimentos arquivísticos".

Pois bem: este Grupo de Trabalho realizou em Fevereiro a sua última reunião, tendo dado por concluídos os trabalhos conducentes à reformulação da Portaria mencionada.

Este projecto de diploma deverá ser, em breve, apreciado pelo Governo.

Entretanto, o Grupo de Trabalho deverá continuar em funções no sentido de elaborar e apresentar um conjunto de recomendações sob a forma de manual, relativas aos procedimentos de gestão documental.

As autarquias locais terão de desencadear a mudança, terão de protagonizar processos de modernização e de inovação administrativa, nos quais não poderão deixar de incluir os arquivos municipais.

Por isso mesmo, este Encontro promovido pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, participado por especialistas em ciências documentais, não poderia vir mais a propósito.

Encontro que constitui, certamente, um momento privilegiado para uma reflexão verdadeiramente estratégica.

Reflexão estratégica em torno dos serviços municipais de arquivo face aos desafios colocados pela sociedade da informação: desafios relacionados, nomeadamente, com a eficiência e a transparência das instituições.

No mundo contemporâneo, não há lugar para organizações fechadas e isoladas; vivemos num mundo cada vez mais interactivo, em que as pessoas e as organizações funcionam em redes de cooperação e de competição.

Nesta perspectiva, também, os serviços municipais de arquivo deverão evoluir no sentido de se integrarem gradualmente em redes públicas de informação que sejam facilmente acessíveis a todos os utilizadores.

Entretanto, o papel vai perdendo, aceleradamente, importância enquanto suporte de informação; os arquivos municipais do futuro, porventura de um futuro relativamente próximo, serão arquivos digitais.

Neste sentido, atente-se no que nos diz o Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, apresentado pelo Governo, em 1997: "Na sociedade da informação e do conhecimento não é tolerável prosseguir-se com a existência de uma parte significativa dos arquivos da Administração ainda em suporte de papel".

"A administração pública deverá, por isso, encetar um processo sistemático de digitalização da informação disponível nos seus arquivos. Só dessa forma será possível promover-se o diálogo pela via electrónica entre os cidadãos, as empresas e a administração pública" (Livro Verde).

Importará, assim, gerir a transição dos arquivos clássicos, em suporte de papel, para os arquivos digitais; importará substituir, gradualmente, as tecnologias e metodologias já ultrapassadas; importará, pois, não temer o futuro.

A prestação de serviços públicos por via electrónica constituirá um grande desafio. Desafio inscrito no quadro de uma nova sociedade e de uma nova economia baseadas no conhecimento, como nos propôs, recentemente, em Lisboa, o Conselho Europeu.

E tudo isto tendo presente que nas "Economias Baseadas no Saber" a "aquisição dos conhecimentos, a criatividade, a flexibilidade, a capacidade de trabalho em equipa são mais importantes" para as organizações "do que a simples experiência" (PNDES).

A realização de encontros como este é, por isso, indispensável, na medida em que permite a difusão de experiências inovadoras e de sucesso, de experiências nacionais e internacionais com elevado valor demonstrativo.

Neste sentido, permitam-me que refira, a propósito, que o Governo criou, em 1999, um concurso anual tendo em vista a acreditação de Casos Exemplares de Modernização Administrativa Municipal, mediante o reconhecimento da qualidade dos projectos apresentados.

Ao abrigo deste concurso, foram distinguidos projectos municipais relacionados com a criação de Gabinetes de Atendimento Personalizado de munícipes e de Gabinetes de Apoio e Informação às empresas e com a aplicação de novas tecnologias multimédia e audiovisuais em serviços bibliotecários.

Aproveito, pois, esta ocasião para lançar, aqui, um desafio: que sejam desenvolvidos e candidatados à acreditação de casos exemplares projectos de modernização de serviços municipais de arquivo.

Projectos municipais que sejam inovadores e de excelência e que privilegiem não só a organização interna da documentação mas, também, a sua publicação e divulgação.

Este desafio requer, inevitavelmente, o empenho, a criatividade e a motivação dos especialistas e técnicos municipais em ciências documentais, particularmente dos arquivistas.

Sublinhe-se que as sociedades baseadas no conhecimento implicam "um recurso cada vez maior à qualificação, autonomia e criatividade de quem exerce actividades".

Sociedades que requerem um "processo de aprendizagem que se possa realizar ao longo da vida activa", "aprendizagem permanente que se situa, obviamente, para além do ensino formal".

Os arquivistas, os bibliotecários e os documentalistas são depositários do factor produtivo mais relevante e estratégico das sociedades modernas: a informação. Mas são, também, depositários da memória das sociedades e das instituições.

Sobre os arquivistas, os bibliotecários e os documentalistas recai, pois, uma dupla responsabilidade. Serem gestores da memória do nosso passado. E serem gestores de informação crucial para o nosso futuro.

A última palavra é, assim, para todos vós, minhas Senhoras e meus Senhores. Uma palavra de apreço, uma palavra de estímulo, uma palavra de apelo por um combate sem tréguas em favor da sociedade da informação e do conhecimento.

Sociedade da informação e do conhecimento com os arquivos municipais como factores relevantes.

José Augusto de Carvalho
Secretário de Estado das Autarquias Locais